

Notas de Pesquisa

Cartografias da floresta: a Amazônia nas crônicas coloniais

Cartographies of the forest: the Amazon region in the chronicles of colonial times

Maria Cristina Bohn Martins¹

mcris@unisinos.br

As notas que se seguem apresentam reflexões iniciais alusivas a um projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido² (2006-2007) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na Linha de Pesquisa que reúne trabalhos sobre “Populações Indígenas e Missões Religiosas na América Latina”. Sua proposta é a de estudar, em perspectiva diacrônica, a forma pela qual se dá a inserção do espaço amazônico e de suas populações no universo cognitivo europeu. Para tanto, ele se vale de um conjunto de textos produzidos ao longo de um largo espaço temporal, que se estende do século XVI ao XVIII. Pretende-se, portanto, analisar o conjunto de representações elaboradas neste *corpus* sobre o espaço amazônico, entendido aqui em sua dimensão geográfica, histórica e simbólica, bem como avaliar possíveis práticas de intertextualidade. Os primeiros escritos estudados compõem o conjunto das chamadas “Relações de Descobrimiento e Conquista”, tendo sido produzidos durante os séculos XVI e XVII³; também do século XVII, está sendo objeto de análise um grupo de documentos cuja produção está ligada à atividade missionária (jesuítica e franciscana) na região⁴. Finalmente, no que diz respeito ao século XVIII, serão consideradas obras de autoria tanto de missionários quanto de naturalistas em viagem pela Amazônia⁵. Para este rápido ensaio, nosso objetivo é o de brevemente apresentar e contextualizar os documentos que estão informando a primeira parte do trabalho, isto é, as *Relaciones*.

¹ Doutora em História. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

² A pesquisa que está em desenvolvimento contou (e conta) com o auxílio dos seguintes alunos do Curso de Graduação em História da UNISINOS: Maiquel P. Rasquin, Bolsista de Iniciação Científica (UNIBIC) em 2006, Fernanda Giroto, Bolsista de Iniciação Científica (UNIBIC) em 2007 e Deise C. Schell, acompanhante de pesquisa em 2006-2007.

³ Entre outras, apontamos aí a *Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal [...] del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió [...] el Capitán Francisco de Orellana [...]*, a *Relación verdadera de todo lo que sucedió en la jornada de Omagua y Dorado que el governador Pedro de Horsua [...]*, de 1559, de Pedrarias de Almesto, o *Descubrimiento del Rio de las Amazonas [...]*, de 1640, de Alonso de Rojas, e o *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*, do Pe. Christóbal de Acuña, de 1641. Ver Almesto (1986), Rojas (1986) e Acuña (1994).

⁴ Como o *Diário de 1691 do jesuíta Fritz* (1997).

⁵ É o caso do *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*, do jesuíta João Daniel (2004), escrito entre 1757 e 1776, período em que o religioso esteve preso por determinação do marquês de Pombal, e da *Viagem pela América Meridional descendo o Rio das Amazonas*, de La Condamine, de 1745, escrita já no contexto do “colonialismo tardio” e da Ilustração.

As relações de descobrimento e conquista

O processo de descobrimento, conquista e colonização espanhola da América se fez acompanhar, desde seus inícios, por uma intensa e extensa elaboração discursiva. Diários, cartas e informes, inicialmente, e, depois, leis, crônicas e histórias entre outros, formam um *corpus* textual que pode ser organizado em vários tipos discursivos⁶. Entre eles encontram-se as “relações do descobrimento e da conquista” como as que, referentes à Amazônia colonial, estudamos neste Projeto. Relativamente a elas, propomos inicialmente analisar como os imperativos de escolha de um dado tipo discursivo, as suas qualidades formais, bem como as condições políticas em que ele foi produzido, incidem sobre o que veio a ser narrado.

Ao avaliar o conjunto de narrativas que documentam o descobrimento e a conquista da América, Migñolo esclarece que estas *Relaciones* se distinguem das cartas⁷ e das crônicas em seus aspectos pragmáticos e organizativos. O vocábulo, no século XVI, tinha o sentido de “informe ou narração de algo que ocorreu”, correspondentes à *relatio* e *narratio* latinas. No contexto dos discursos gerados no ambiente da conquista e colonização, ele adquire o significado mais estreito de “relato ou informe solicitado pela Coroa” (1982, p. 70).

As relações conhecidas sobre a Amazônia são inauguradas pela crônica de Gaspar de Carvajal, membro da expedição principiada em Quito, em fevereiro de 1541, em busca do País da Canela e do Reino Dourado, sob a chefia de Gonzalo Pizarro. A narrativa de Carvajal⁸, redigida após o término da viagem, constitui-se em uma tentativa de defender um de seus líderes (Orellana) das acusações de traição que lhe eram imputadas. Assim sendo, a escolha deste tipo discursivo (*Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal*) possivelmente aspire conferir a ele uma garantia de veracidade, de “informe ou narração de algo que ocorreu”:

Yo Fray Gaspar de Carvajal [...] de la Orden de [...] Santo Domingo, he querido tomar este poco trabajo y suceso de nuestro camino y navegación, así para decir-la y notificar la verdad en todo ello, como para quitar ocasiones a muchos que quieran contar esta nuestra peregrinación o al revés de cómo lo hemos pasado y

visto; y es verdad en todo (lo) que yo he escrito y contado (Carvajal, 1986, p. 98).

Relações como esta constituem-se, muitas vezes, em material quase único para o conhecimento das sociedades que ocupavam, então, as margens do rio, já que a maior parte delas desapareceu em consequência do domínio colonial europeu sobre o território. Podemos, portanto, concordar com Pedro (2006), para quem, entre os múltiplos sentidos atribuídos à expressão “descobrimento” nos escritos coloniais, é possível encontrar não apenas os termos da construção de uma autoridade legal sobre a região, como ainda o de elaboração de uma memória a seu respeito. Sabemos que as populações ribeirinhas foram dizimadas e substituídas por contingentes de índios de terra firme, de variadas línguas e culturas, trazidos à força pelas tropas de resgate. De acordo com Porro (1993, p.8), estes, que viriam a ser os caboclos amazônicos, “assimilaram uma série de técnicas essenciais à sobrevivência na área, mas as antigas sociedades ribeirinhas, altamente integradas e adaptadas àquele ecossistema específico, haviam desaparecido para sempre”. Portanto, mesmo encontrando-se em meio a uma série de narrativas fantasiosas – como aquela do encontro dos espanhóis com as guerreiras amazonas –, as informações históricas disponíveis no texto de Carvajal são registros essenciais para o conhecimento histórico da região.

As notícias procedentes desta expedição realimentaram a crença na existência de reinos fabulosos perdidos no coração da floresta: El Dorado, o País das Esmeraldas, a Terra da Canela, a cidade de Manoa, o Paititi, ou outros. Em busca deles, aventureiros ulteriores percorreram o Grande Rio nos anos seguintes e produziram, desta forma, seus próprios registros. Assim, em 1559, uma nova expedição foi organizada desde o Peru por Pedro de Ursúa. O assassinato do comandante e a rebelião de Lope de Aguirre, que se fez nomear Rei pelos expedicionários, talvez expliquem a existência de várias Relações e documentos relativos à célebre campanha. Os expedicionários envolvidos nesta “Jornada para Omágua y Dorado” compunham um grupo numeroso e, em boa parte, formado pelos “deserdados da Conquista”, que se apresentavam “ávidos de riquezas fáceis ou ressentidos com a falta de recompensa pelo que faziam nas Índias” (Ugarte, 2003, p. 22). A viagem, marcada pela traição e violência, concluiu-se em julho de 1561. Menos ricos em informações sobre

⁶ Sobre os tipos discursivos pelos quais se organiza a prosa narrativa do período colonial hispano-americano, ver Migñolo (1982, p. 57-116).

⁷ Ao lado de outros textos, as cartas de Hernán Cortez compõem, para Pastor (1988), o que a autora chama de “discursos narrativos da conquista”. As diversas vezes contidas nesta expressão veiculam-se, para ela, sob três formas principais: o “discurso mitificador”, que opera uma ficionalização tanto da realidade do Novo Mundo quanto da natureza e do significado do processo de conquista, o “discurso de desmitificação” (discurso narrativo do fracasso), que questiona os modelos formulados pelo primeiro deles, e o “discurso narrativo da rebelião”, que estuda o processo de crise e liquidação simbólica dos mitos e modelos anteriores.

⁸ O texto desta primeira viagem de navegação pelo Amazonas foi preservado através de duas cópias: uma conservada na Biblioteca da Real Academia de História, e outra que, tendo sido doada à Biblioteca Nacional de Madrid, pertenceu ao Duque de T'Serclaes de Tilly. A *Relación* era do conhecimento de G. Fernández de Oviedo que a incluiu em sua *História general de las Índias*, assim como Cieza de León o fez em sua *Crónica del Peru*.

as sociedades ribeirinhas, os textos gerados por esta nova incursão permitem, todavia, avaliarmos o ambiente turbulento, tenso e competitivo dos empreendimentos de conquista desta natureza.

O insucesso das primeiras expedições, bem como a descoberta do Cerro Rico de Potosi, redirecionaram o interesse dos espanhóis. Por outro lado, a fusão (1580-1640) das coroas ibéricas, se por um lado facilitara o trânsito dos luso-brasileiros em território espanhol e vice-versa, por outro acabava transferindo aos portugueses inimizades tradicionais da Espanha. Assim sendo, os portugueses, desde os inícios do século XVII, haviam começado a se estabelecer na foz do rio⁹, combatendo e expulsando ingleses e holandeses de suas feitorias em vários pontos do Baixo Amazonas.

Em grandes linhas, este é o contexto de produção das Relações dos jesuítas Alonso de Rojas, de 1639¹⁰, e Christóbal de Acuña, de 1641¹¹. Este último, encarregado pela Audiência de Quito de redigir, para o Conselho das Índias na Espanha, um relatório completo de sua viagem pelo rio, foi instruído para ter “cuidado em descrever [...] a distância em léguas, províncias, povoações de índios, rios e lugares específicos que há desde o lugar de embarque até a referida cidade [...] do Pará, informando [...] com exatidão [...] como testemunho ocular, ao [...] Real Conselho das Índias” (Provisão Real que expediu a Audiência de Quito em nome de Sua Majestade para este Descobrimento. *In*: Acuña, 1994, p. 18).

O “novo descobrimento” do Pe. Acuña foi dedicado ao conde-duque de Olivares. Nas mãos do poderoso ministro ele depositava o patrocínio da “conversão de infinitas almas, o enriquecimento da Coroa e a proteção de todos os tesouros do Peru” (Acuña, 1994, p. 35), sintetizando suas convicções sobre as possibilidades abertas aos espanhóis a partir de um controle efetivo da área, bem como suas críticas às iniciativas luso-brasileiras na região.

Está também presente nos textos dos dois inicianos a disputa entre jesuítas e franciscanos pela primazia da comprovação da navegabilidade do rio, inclusive repercutindo na escolha que, preterindo os franciscanos, indicou Artieda e Acuña como acompanhantes autorizados da expedição. Mesmo que religiosos seráficos (como os freis D. de Brieva e A. de las Chagas, este na qualidade de capelão do grupo) tenham feito parte da expedição, Acuña subtrai

estas presenças da sua narrativa (Pedro, 2006, p. 88). Mais ainda, ele empenha-se em reforçar a qualidade oficial da sua participação para, desta forma, garantir a autoridade do seu texto. Na construção dos argumentos de religiosos das duas ordens, percebe-se que estas escrituras buscavam estabelecer evidências que legitimassem o controle espanhol na região, bem como marcar a arena de atuação que cada uma pretendia firmar para si (Pedro, 2006). Portanto, neste campo de enunciação de diversas vozes e versões, a escolha dos argumentos e dos códigos narrativos das *Relaciones* remete a questões muito imediatas para os religiosos, como a de garantir para si o direito ao trabalho de conversão das almas na região.

Se o texto de Acuña atende estritamente às formalidades de uma Relação, o mesmo não pode ser dito sobre o de Rojas, e por um motivo diverso do apontado para a narrativa de Carvajal. Ocorre que o religioso não participou diretamente (como testemunha autorizada) dos fatos que relata, o que nos leva a indagar sobre os motivos que determinaram tal eleição.

A solicitação do testemunho e registro escrito das ações de descobrimento e conquista, fazia parte do repertório de práticas pelas quais os espanhóis buscavam assegurar a primazia e legitimidade de suas iniciativas. Era também um expediente da monarquia para – na medida do possível – acompanhá-las e controlá-las. Dada a condição especial da região amazônica nesta oportunidade (vésperas da Restauração portuguesa), área de litígio dos interesses dos impérios luso e espanhol, Rojas preocupa-se em inventariar o espaço, indicar as possibilidades de seu aproveitamento e assinalar pontos vulneráveis à ação de inimigos dos castelhanos. Por conseguinte, a escolha de uma dada estratégia narrativa pode estar associada ao caráter estratégico que imprimiu a várias de suas observações.

Efetivamente, como gênero, a Relação se apresentava como um ponto de convergência entre a epístola e o documento legal. Assim como as cartas, narra e informa múltiplos aspectos da realidade, descrevia e comentava ações e comportamentos, incluía reflexões do autor e daqueles que o rodeavam. Como documento legal, comprometia-se com a veracidade do narrado: “El concepto de carta de relación llevaba implícita la certificación del contenido y constituía una cierta garantía de su veracidad” (Pastor, 1988, p. 95). A escrita nos moldes deste tipo discursivo

⁹ Fundaram aí o Forte do Presépio, depois Vila de Belém do Pará, em 1616.

¹⁰ O Descubrimiento del Rio de las Amazonas [...] teve sua primeira impressão apenas em 1889 (Madrid, J. de la Espada). Segundo Rafael Díaz Maderuelo, responsável pela edição de 1986 que utilizamos neste trabalho, ela foi precedida de um estudo preliminar que chamava a atenção para a incipiente rivalidade entre jesuítas e franciscanos pela evangelização das populações americanas. Assim é que frei Laureano de la Cruz escreveu sobre ela um relato que chamou de Nuevo descubrimiento del río de Marañón, llamado de las Amazonas, hecho por la Religión de San Francisco año de 1651 (ver Carvajal, 1986, p. 23-24). O uso do termo “novo descobrimento” pode ser entendido como uma resposta à pretensão dos jesuítas de Quito de que haveria sido o P. Rafael Ferrer S.J. o primeiro religioso a missionar nas nascentes do rio desde junho de 1602. O manuscrito transcrito por Díaz Maderuelo, cópia do original que está na Biblioteca de Paris, encontra-se conservado na Biblioteca Nacional de Madrid. Uma impressão em português, como parte da Coleção Brasileira da Cia. Editora Nacional, foi preparada por C. de Melo Leitão em 1941.

¹¹ Acuña viajou na companhia de José de Artieda, também membro da Sociedade de Jesus.

deveria ser penhor de objetividade e da natureza documental do testemunho, avalizando a veracidade e imparcialidade da mensagem que portava. A esta garantia implícita da natureza veraz indicada na utilização da forma oficial de Relação costumava estar associada, ainda, a utilização recorrente do termo “verdadeira”.

Acuña, por exemplo, afirma estar ciente da tensão estabelecida entre a novidade que se apresenta à observação¹² e o descrédito¹³ diante da sua grandiosidade. Daí acrescentar, logo no início do texto, algumas certificações que deveriam afiançar sua veracidade: de Pedro Teixeira, capitão da expedição¹⁴, e do frei Pedro de Santa María y de la Rúa, comissário geral dos mercedários no Maranhão e Pará¹⁵. A *Relación* de Rojas, por sua vez, vai antecedida de carta de D. Martín de Saavedra y Guzmán, governador e capitão geral de Nova Granada.

O *fazer relación* costumava estar associado à observação direta como base necessária dos conhecimentos e informações reportados no documento. Ou seja: o testemunhalismo¹⁶ funciona à guisa de autorização da verdade do narrado, elemento comum em boa parte das crônicas do período. Lembra Migñolo (1982) que uma de suas principais características é que as Relações não são o registro de uma observação livre, mas respondem a pedidos oficiais, como está explicitado na obra de Acuña. Tal situação fica especialmente formalizada desde que, no ano de 1574, se codificam as perguntas a serem atendidas nas informações escritas.

Entretanto, enquanto as cartas e crônicas seguiam uma tradição discursiva, sendo modelos clássicos de escrita, as Relações atendiam aos imperativos deste momento específico, e demandam informações que se aplicam sobre a certas circunstâncias e lugares. Justamente por isto, as questões que elas deveriam abordar sofrem constantes ajustes e transformações, o que não impede que possamos distinguir um repertório de dados que deveriam compor o relato: o nome das províncias reconhecidas e de suas populações; os primeiros descobridores e conquistadores; o ano do descobrimento; as características da geografia e do clima; a existência de minas de metais, pedras preciosas ou bancos de perólas, etc. (Migñolo, 1982). Forjadas na necessidade do momento, as *relaciones* como tipo discursivo deviam, portanto, recolher e ordenar informações sobre as novas terras e povos conquistados.

A utilização deste tipo discursivo inscrevia a narrativa em um marco oficial e documental, propondo uma equivalência entre narração e verdade (Pastor, 1988, p. 148). Tal como verificamos, todavia, se esta situação efetivamente singularizou alguns dos documentos aqui em análise, temos que considerar que outras injunções atuavam sobre a produção textual, esgarçando, de certa forma, as margens estreitas de documentos oficialmente concebidos.

Descobrir e redescobrir a Amazônia

Entre os séculos XVI e XVIII, portanto, um importante conjunto de relatos sobre a Amazônia foi produzido por diversos sujeitos, fossem eles aventureiros, funcionários das coroas ibéricas ou missionários. Neles podemos encontrar dados que destoam da noção corrente, por muito tempo, de que a floresta tropical fosse pouco adequada para a sobrevivência humana e carente de recursos que viabilizassem a concentração e o desenvolvimento populacional. Na medida em que estudos arqueológicos atuais fazem avançar uma nova compreensão sobre o passado desta região, eles também parecem referendar informações provenientes destes textos, especialmente no que se refere ao tamanho e à complexidade das aldeias que se espalhavam pela várzea do rio. Assim sendo, tendo sido outrora em boa parte descartados por conta de abrigar informações claramente fantasiosas, eles vêm sendo hoje reconsiderados quanto às suas informações sobre “grandes populações reunidas em povoados de dimensões consideráveis, estruturas públicas com função político-cerimonial, capacidade de mobilização de numerosos guerreiros e existência de articulação social entre diferentes povoados” (Fausto, 2000, p. 45). Sem dúvida alguma, esta é uma imagem muito diferente daquela que nos chega através de textos posteriores como aqueles redigidos em 1691 e 1698, respectivamente por S. Fritz e João F. Bettendorf, revelando o quanto a orla do rio se encontrava, então, profundamente transformada pela drástica e irretornável diminuição das populações ribeirinhas. Já quase não encontramos aí notícias das grandes nações ou províncias descritas nos textos anteriores, indicando, para Porro (1993), que, nesta oportunidade, elas já não se impunham, como entidades singulares, à curiosidade dos europeus.

¹² “[...] um novo mundo, nações novas, reinos novos, ocupações novas, modo de viver novo e, resumindo-o em uma só palavra, um rio de água doce navegado por mais de mil e trezentas léguas desde seu nascimento até seu fim, todo pleno de novidades” (Acuña, 1994, p. 39).

¹³ “Desejando trazer à vista de todos o novo descobrimento do Grande Rio [...] e temendo [...] sofrer receios quanto a sua veracidade, quis assegurar-lhe leitor, uma e outra coisa” (Acuña, 1994, p. 39).

¹⁴ “Pedro Teixeira, no presente CAPITÃO-MOR [...] certifico e afirmo sob juramento, pelos Santos Evangelhos, que é verdade [...]” (Acuña, 1994, p. 41).

¹⁵ “De tudo isto posso dar fé, como testemha ocular de toda a jornada [...]” (Acuña, 1994, p. 45).

¹⁶ Para B. Díaz del Castillo e B. de Las Casas, existiam duas formas de narrar a Conquista: sendo testemunha presencial de uma ação de que se participou ou não, mas que se conhece de primeira mão, ou como narrador de eventos dos quais o conhecimento é secundário. Este seria o caso de Lopes de Gomara, a quem Díaz del Castillo desautorizou como cronista da conquista do México, justamente por isto (Pastor, 1988, p. 97).

Referências

- ACUÑA, C. de. 1994. Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas: Pelo padre Christóbal de Acuña, Religioso da Companhia de Jesus e Qualificador da Suprema Inquisição Geral, ao qual se foi, e se fez por ordem de sua Majestade, no ano de 1639, pela Província de Quito, nos Reinos do Peru. In: A.R. ESTEVES (ed.), *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Montevideu, Oltaver, 223 p.
- ALMESTO, P. de. 1986. Relación verdadera de todo lo que sucedió en la jornada de Omagua y Dorado que el governador Pedro de Horsua se fue a descubrir desde el Pirú por un río que llaman de las Amazonas [...] tratase así mismo del alzamiento de Don Fernando de Guimarán y Lope de Aguirre (1559). In: G. de CARVAJAL, P. de ALMESTO e A. de ROJAS, *La aventura del Amazonas*, Madrid, História 16 (Crónicas de América 19), 223 p.
- CARVAJAL, G. de. 1986. Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, Fraille de la Orden de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que Descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echo a su ventura por el dicho río, y por el nombre del capitán que le descubrió se llamo el Río de Orellana. In: G. de CARVAJAL, P. de ALMESTO e A. de ROJAS, *La aventura del Amazonas*, Madrid, História 16 (Crónicas de América 19), 223 p.
- DANIEL, J. 2004. *Tesouro descoberto no máximo Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1.219 p.
- FAUSTO, C. 2000. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 94 p.
- FRITZ, S. 1997. *Diário del Padre Fritz*. Quito, Studio 21, 154 p.
- MIGNOLO, W. D. 1982. Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y de la conquista. In: I. MADRIGAL (ed.), *Historia de la literatura hispanoamericana (época colonial)*, Madrid, Cátedra, p. 57-116.
- PASTOR, B. 1988. *Discursos narrativos de la conquista: mitificación y emergencia*. Hanover, Ediciones del Norte, 465 p.
- PEDRO, J. de C. 2006. *Embates pela memória: narrativas de descoberta nos escritos coloniais da Amazônia Ibérica*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>, acesso em: 05/12/2006, 125 p.
- PORRO, A. 1993. *As crônicas do rio Amazonas: Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 221 p.
- ROJAS, A. de. 1986. Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas y sus dilatadas Provincias y Relación del Descubrimiento del río de las Amazonas, hoy San Francisco de Quito, y declaración del mapa onde está pintado [...] (1640). In: G. de CARVAJAL, P. de ALMESTO e A. de ROJAS, *La aventura del Amazonas*, Madrid, História 16 (Crónicas de América 19), 223 p.
- UGARTE, A. S. 2003. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: M. DEL PRIORE e F. GOMES (org.), *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 3-31.

Submetido em: 17/06/2007

Aceito em: 17/06/2007